



Anais da Assembléia

N.º 103

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 89.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

1680.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora CAROLINA ZAN, ocorrido no dia 25 do corrente, na cidade de Jandaia do Sul.

A senhora CAROLINA ZAN, faleceu com 79 anos de idade e deixou consternada a sociedade de Jandaia do Sul, deixando vários filhos lamentando o seu desaparecimento.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Pedro Zan, em Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1982.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, um apelo no sentido da nomeação do ilustre Juiz Federal, Doutor MILTON LUIZ PEREIRA, integrante da lista tríplice, para o Tribunal Federal de Recursos.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

O referido Magistrado, por sua cultura jurídica provada ao longo da brilhante carreira e reconhecida por todos quantos militam no foro, reúne as condições ideais para integrar aquela egrégia Corte de Justiça. Seus dotes pessoais de honradez, retidão de caráter e sensibilidade humana, que constituem motivo de especial admiração de seus conterrâneos, coroam os requisitos profissionais e o credenciam como um dos mais respeitáveis e acatados Magistrados paranaenses.

Por outro lado, representa antiga aspiração, essa de o Paraná contribuir com um representante do seu patrimônio cultural-jurídico, para a Justiça Nacional. Assim, esta Casa nutre inabalável certeza de que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República há de render-se ao valor profissional e humano, encarnado no Doutor MILTON LUIZ PEREIRA e aos imperativos de uma Justiça cada vez mais perfeita, investindo-o como membro do Tribunal Federal de Recursos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão plenária do pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente João Figueiredo perante a Trigésima Sétima Sessão da Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, no último dia 27.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

O Brasil, desde o momento em que o Senhor Presidente João Figueiredo concluiu o seu discurso perante a Trigésima Sétima Sessão da Assembléia Geral da ONU, passou a ser muito mais respeitado. A presença do nosso Presidente na ONU, por

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 92/82, de sua autoria, declarando de utilidade pública a "CASA DA CRIANÇA DE CAMBARÁ".

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido nesta cidade de Curitiba, da Senhora LÚCIA CARRARO KREITCHMANN.

A extinta era pessoa de grande estima, pois quem a conhecia sempre enaltecia suas qualidades como pessoa humilde e caridosa e deixa grandes saudades a seus familiares.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê conhecimento à família enlutada, em Curitiba, à Rua Itupava,

si só trouxe o respeito das nações membros da ONU e o seu discurso passou a ter repercussões internacionais pela coragem com que abordou os assuntos que envolvem as comunidades e os povos de todo o mundo. O Brasil acompanhou atentamente o pronunciamento transmitido através de rede nacional de rádio e televisão e somos, portanto, testemunhas de que, se de um lado o Presidente João Figueiredo transmitiu o otimismo, não deixou de fazer advertência de que "reaparecem hoje sinais que lembram de forma dramática as experiências da década de 30", quando "uma depressão econômica sem precedentes e tensões políticas incontroladas levaram a uma guerra catastrófica".

Se de um lado manifestou a esperança de que a Trigesima Sétima Sessão da Assembléia Geral da ONU venha a contribuir para a solução justa das controvérsias que abalam a paz e a segurança internacionais e para a superação das ameaças à estabilidade da economia mundial", do outro lado não deixou de afirmar que "nunca na história da Organização das Nações Unidas, foram tão sérios os riscos e ameaças à paz, à segurança e ao progresso das Nações". Se de um lado reiterou o compromisso do Brasil de fazer das Nações Unidas um verdadeiro centro de harmonização das ações dos Estados", do outro mostrou a posição brasileira de condenação do "arbitrio dos Estados mais poderosos" e denunciou os problemas que afligem os países em desenvolvimento. Por tudo isso, é necessário que o pronunciamento do Presidente João Figueiredo, na ONU, fique perpetuado no registro das atas dos trabalhos do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Superintendência Regional do Banco do Brasil; à presidência da mesma instituição e aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, apelando no sentido de que seja efetuada a suplementação de verba para o custeio agrícola.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1982.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO

JUSTIFICATIVA:

Qual não foi a surpresa dos agricultores paranaenses ao depararem, nas últimas semanas, com o fim dos recursos destinados ao custeio agrícola. Por determinação da Superintendência Regional do órgão, uma faixa de créditos que anteriormente não tinha limites está agora restrita, não atendendo a quase ninguém. Sem este recurso, o agricultor fica impedido de plantar, já se prevendo assim muitos prejuízos principalmente na produção de grãos. É um absurdo que isso venha a ocorrer, quando o Governo Federal alardeia que a agricultura continua sendo sua principal meta. É preciso que seja determinada uma suplementação urgente dos recursos, pois, caso contrário, o agricultor paranaense será levado ao desespero.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada para 21/10/82, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná a Dom Basílio Efraim Krevey.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1982.

(a) ADALBERTO DAROS

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 124/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de PIRAPÓ, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do

Município de Apucarana e com as divisas dos atuais Distritos de São Pedro e Pirapó.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1982.

(a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

Os atuais Distritos de Pirapó e São Pedro, do Município de Apucarana, constituem base geográfica, econômica, cultural e política capaz de se converter em Município.

De há muito a laboriosa população da área reivindica a autoridade política e administrativa, para poder acelerar seu desenvolvimento e explorar todas as suas potencialidades econômicas.

Registre-se o trabalho que vem sendo realizado por Marino Gardenal e Geraldo Bueno dos Santos, autênticos líderes da região, no sentido da conquista da autonomia.

PROJETO DE LEI N.º 125/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIABRÁS - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO BRASIL, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1982.

(a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIABRÁS - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO BRASIL, vem prestando relevantes serviços à coletividade, conforme demonstramos através de relatórios anexos, razão pela qual, fundamentado na legislação atual, colocamos à discussão e apreciação dos nobres Pares a proposição.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta às Lideranças se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. — (Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 09/82, que aprova o Termo Aditivo (n.º 1) a Convênios celebrados com os Municípios aqui nominados, objetivando a construção de micro-sistemas de abastecimento de água, nos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos (n.º 1), a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, e os Municípios de Andirá, Enéas Marques, Medianeira, Ourizona e São José da Boa Vista, firmados em 11/03/81, e com o Município de Pitanga, firmado em 16/04/81, objetivando a construção de micro sistemas de abastecimento de água, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1982.

(a) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 11/82, que aprova o Termo Aditivo n.º 2, ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, visando alocação de recursos financeiros para continuidade ao Programa de Migração Interna no Estado do Paraná, nas cidades de Foz do Iguaçu, Curitiba e Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11/82
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º Fica aprovado o Termo Aditivo n.º 2, datado de 09 de novembro de 1981, ao Convênio celebrado em 19 de agosto de 1980, entre o Estado do Paraná, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando alocação de recursos financeiros para continuidade ao Programa de Migrações Internas no Estado do Paraná, nas cidades de Foz do Iguaçu, Curitiba e Londrina.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1982.

(aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 12/82, que aprova o Termo Aditivo n.º 01, aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e os Municípios de Cândido de Abreu, Tibagi e São José dos Pinhais, adiantamentos aos convênios citados, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/82
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos n.º 1, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e os Municípios de Cândido de Abreu e Tibagi, aditamento em 16/04/81, aos convênios datados de 26/12/80, e São José dos Pinhais, aditamento em 11/03/81, ao Convênio datado de 11/11/80, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 13/82, que aprova o Termo Aditivo n.º 2, aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e os Municípios de Cândido de Abreu, Tibagi e São José dos Pinhais, adiantamentos aos convênios citados, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13/82
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos n.º 2, aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, e os Municípios

de Cândido de Abreu e Tibagi, aditamento em 16/07/81, aos convênios datados de 16/12/80, e São José dos Pinhais, aditamento em 11/06/81, ao convênio datado de 11/11/80, objetivando a construção de sistemas de abastecimento de água nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1982.

(aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 14/82, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Terra Boa, que objetiva a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/82
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 19 de novembro de 1981, entre o Estado do Paraná e o Município de TERRA BOA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 15/82, que aprova o termo aditivo (n.º 1), a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Guaraci, Mamborê e Tapira, firmados em 26.06.81, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15/82
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos Aditivos (n.ºs 1), datados de 19 de novembro de 1981, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Guaraci, Mamborê e Tapira, firmados em 26/06/81, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 16/82, que aprova o Termo Aditivo n.º 01, ao Convênio n.º 07/81, celebrado entre o Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16/82
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo n.º 1, datado de 04 de dezembro de 1981, ao Convênio n.º 07/81, celebrado em 03 de abril do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras em conformidade com o Programa de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/82, (Mensagem n.º 25/82, ex-Proposição n.º 28/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios especificados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/82, (Mensagem n.º 26/82, ex-Proposição n.º 29/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados e conforme especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cooperação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/82, (Mensagem n.º 27/82, ex-Proposição n.º 30/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios 1, 2 e 3, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios aqui nominados, tendo como interveniente a COMEC, que objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 81/82, de autoria do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CENTENÁRIO DO SUL", com sede e foro em Centenário do Sul. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31/82, (Mensagem n.º 28/82, ex-Proposição n.º 31/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios especificados, objetivando a execução de obras públicas nestes municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 32/82, (Mensagem n.º 34/82, ex-Proposição n.º 32/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através de órgão citado e o município de Abatiá, objetivando adoção de ação conjunta visando a execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DA SAFRA - PROSAFRA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/82, (Mensagem n.º 36/82, ex-Proposição n.º 33/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n.º 53/81-A, celebrado entre o Estado do Paraná e órgãos que especifica, objetivando dar continuidade à execução do "Programa de Migração

Interna", no Estado do Paraná. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/82, (Mensagem n.º 37/82, ex-Proposição n.º 34/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios citados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme "PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSIÃO DE SOLO NO NOROESTE DO PARANÁ - PRONOROESTE". — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/82, (Mensagem n.º 38/82, ex-Proposição n.º 35/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio de Cooperação celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgão que especifica e o Município de Marechal Cândido Rondon, sendo interveniente o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviços de Trânsito com os estudos de planejamento urbano do referido município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Lúcia Carraro Kreitchmann, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Carolina Zan, ocorrido na cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 92/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 21 de outubro próximo, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná a Dom Basílio Efraim Krevey. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do pronunciamento do Excelentíssimo Sr. Presidente da República perante a Trigesima Sétima Sessão da Assembléia Geral da ONU. — **Aprovado. (O pronunciamento acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Superintendência Regional do Banco do Brasil, à Presidência da mesma instituição e aos Srs. Ministros da Fazenda e do Planejamento, consubstanciado em apelo no sentido de que seja efetuada a suplementação de verba para o custeio agrícola. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, consubstanciado em apelo no sentido da nomeação do ilustre Juiz Federal, Doutor Milton Luiz Pereira, integrante da lista tríplice, para o Tribunal Federal de Recursos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Finanças, encarecendo informações acerca da existência de débito da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina para com o Fundo Portuário Nacional. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo informações sobre a contratação de serviços pela CELEPAR.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, pedindo informações sobre pagamentos efetuados pelo ITC — Instituto de Terras e Cartografia, CEASA, Centrais de Abastecimento S/A., COPASA e CAFÉ DO PARANÁ, a título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam enviados ofícios aos Srs. Governador do Estado e Presidente da EMOPAR, encarecendo seja dada total prioridade à construção do edifício do Forum de Curitiba, no Centro Cívico. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. 1.º Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná e à Prefeitura Municipal de Curitiba, apelando no sentido de determinarem estudos para a implantação de um Módulo Policial Militar na praça Santa Quitéria no mesmo bairro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, pedido de informações, com respeito a participação do Sr. Secretário de Recursos Humanos em empresas que prestam serviços a órgãos do Governo.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex, ao Sr. Ministro da Justiça, dando ciência dos fatos relacionados com a mobilização dos Professores paranaenses, defendendo o cumprimento de um acordo feito ano passado, com o aval dos Bispos de Curitiba, e até agora negado.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações ao Sr. Secretário das Finanças, sobre a arrecadação orçamentária prevista para 1982, o valor orçamentário previsto no Orçamento de 1982, para o pagamento do funcionalismo público e quanto foi arrecadado até 1.º de agosto de 1982.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações sobre inserção de publicidade de órgãos públicos em listas telefônicas.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de um apelo ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de conceder recursos financeiros para a compra de equipamentos para o Corpo de Bombeiros desta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, pedindo informações sobre pagamentos efetuados pela Sub-Chefia de Comunicação Social a título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade.— **Aprovado.**— Ao Departamento

Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, pedindo informações sobre pagamentos efetuados pela TELEPAR, SANEPAR e SUREHMA, a título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, pedindo informações sobre a situação funcional dos professores Antônio Pereira Eduardo e João Batista Bueno.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, pedindo informações sobre pagamentos efetuados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, a Título de taxas de comissão e veiculação a agências de publicidade.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de Telex ao Sr. Governador do Estado, pedindo informações sobre sua viagem a Brasília e as razões da mesma.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de Telex, em caráter de urgência, aos Srs. Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral e ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, sugerindo que não seja permitido o uso de lápis de qualquer tipo nas eleições de 15 de novembro, e que seja adotado o uso obrigatório de caneta esferográfica para preenchimento da cédula eleitoral.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Cabo Clóvis Newton de Melo Ribeiro e Soldado Mário Rodrigueiro, do 2.º Pelotão da Polícia Rodoviária de Araçatuba, Estado de São Paulo, bem como aos policiais que fizeram o levantamento do local e condução do inquérito do acidente automobilístico ocorrido no dia 27/05/82, na SP-425 próximo ao Município de Brauna.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de ser estendido aos Vendedores Autônomos os benefícios concedidos aos taxistas, para a aquisição de veículo automotor destinado ao exercício da profissão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Governador do Estado, pedindo a inclusão de verba no Orçamento Geral do Estado, destinada ao asfaltamento da Estrada Sertãozinho (N.S. da Candelária) — Bandeirantes.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nº 81/82 e dos Projetos

de Resolução n.ºs 31, 32, 33, 34 e 35/82.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 36, 38, 39 e 40/82.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 30, logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.º 17, 18, 19, 20, 21 e 59/82.

Levanta-se a sessão.

**MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
JOSÉ DOMINGOS, EM SESSÃO PLENÁRIA
REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1982**

Discurso do Presidente João Figueiredo perante a Trigesima-Sétima Sessão da Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, EUA, em 27 de setembro de 1982.

Sr. Presidente.

Em nome do Governo e do povo do Brasil, desejo congratular-me com Vossa Excelência por sua eleição para a Presidência da Trigesima-Sétima Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

Saúdo vivamente os ilustres representantes dos Estados-Membros congregados nesta sala.

Estendo minhas calorosas saudações ao Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas, Embaixador Javier Pérez de Cuellar, brilhante diplomata que honra a América Latina.

Apresento sinceros agradecimentos ao Senhor Ismat Kittani, Representante do Iraque, que presidiu de modo seguro e hábil os trabalhos da Trigesima-Sexta Sessão.

Neste momento, em que vai iniciar-se o debate geral, manifesto a esperança de que esta Sessão da Assembléia-Geral contribua, eficazmente, para a solução justa das controvérsias que abalam a paz e a segurança internacionais, e para a superação das ameaças à estabilidade da economia mundial.

Há algumas décadas, uma depressão econômica sem precedentes e tensões políticas incontrolladas levaram a uma guerra catastrófica. A sociedade de Estados soberanos resolveu então criar, em 1945, uma vasta rede de instituições, destinadas à cooperação entre os Estados, para evitar a repetição de crises econômicas de tal profundidade, promover o desenvolvimento econômico e social, aliviar as tensões políticas e poupar as gerações seguintes do flagelo da guerra.

Reaparecem hoje sinais que lembram de forma dramática as experiências da década de 30.

Nova crise econômica, que atinge indiferentemente países de sistemas distintos, mostra-se refratária às terapias ortodoxas e assume dimensão global.

Criada para examinar e dirimir controvérsias entre os Estados, a Organização das Nações Unidas, paradoxalmente, se viu transformada, com excessiva frequência, em palco de confrontações estéreis.

Sabemos, porém, que outras formas de condução da vida internacional dependem inevitavelmente do arbítrio dos Estados mais poderosos, que, às vezes, se contrapõem à causa da liberdade e da justiça entre as nações e entre os homens.

Diante desse quadro, o Brasil reitera seu compromisso de, com os demais países-membros, fazer das Nações Unidas um verdadeiro centro de harmonização das ações dos Estados. Não hesito em conclamar todos os Governos aqui representados a que observem estritamente, no âmbito internacional, os propósitos e princípios que orientam nossa Organização.

Lanço veemente apelo a que de novo nos congreguemos na tarefa de construção da paz.

Não há, nem pode haver futuro no triste e inaceitável sucedâneo que é o equilíbrio do terror. Não é possível persistirmos na ilusão de que a harmonia mundial poderá alicerçar-se no excesso de capacidade de destruição.

Décênios de encontros e tentativas de negociação não impediram o aumento, o aperfeiçoamento e a diversificação dos arsenais nucleares, capazes de destruir a humanidade de diversas formas, em diversas circunstâncias, por diversas vezes.

Vejo com enorme apreensão a persistência da crise no Oriente Médio, cujos aspectos mais salientes são, neste momento, o conflito entre o Iraque e o Irã e as sequelas da ação militar que vitimou o Líbano, país com que mantemos profundas e fraternas relações. Ainda recentemente, a opinião mundial ficou profundamente chocada com o massacre de civis palestinos em Beirute. Sabemos todos que a questão do Oriente Médio só encontrará solução quando forem desocupados os territórios árabes hoje sob ocupação militar e for reconhecido o direito do povo palestino a um Estado soberano, assim como o direito de todos os países da região, inclusive Israel, a viverem em paz; dentro de fronteiras reconhecidas.

Também na África Austral persistem focos de tensão gerados pela ocupação da Namíbia, e por sucessivos atos de agressão a países independentes, notadamente Angola. O Brasil não pode deixar de condenar igualmente a discriminação racial, em particular suas formas institucionalizadas, que ameaçam a própria paz internacional.

O êxito dos atuais entendimentos com o objetivo de alcançar rapidamente a independência da Namíbia, com base nas resoluções das Nações Unidas, é o verdadeiro caminho para a remoção de tensões que tanto têm entravado as justas aspirações dos povos da área ao desenvolvimento econômico e à autêntica independência.

Meu país vê com grave preocupação a ampliação do processo de transferência para as regiões menos desenvolvidas das tensões geradas pela confrontação entre as superpotências. A política de prestígio e de poder com relação ao Terceiro Mundo engendra divisões e afeta seriamente as propostas de cooperação entre as nações em desenvolvimento. É firme posição brasileira — e, para tanto, estamos dispostos a prestar nossa contribuição — que esse processo deve ser urgentemente estancado e revertido.

Não se pode aceitar que, em razão da política de blocos, ocorra a ocupação de países soberanos e a interferência em seus assuntos próprios e se imponham limites à sua liberdade, como sucede no Afeganistão. A rejeição do uso da força deve aplicar-se diretamente aos principais focos de tensão de nossos dias.

Na América Central, recrudescem manifestações de uma crise profunda, de proporções históricas e de alcance social, político e econômico. O Brasil, consoante os princípios de autodeterminação dos povos e de não ingerência em assuntos internos de outros países, crê que a solução política do problema compete aos povos afetados, livres de toda interferência externa, ainda que velada. No campo econômico, não é possível isolar as dificuldades da América Central da crise mundial, nem minimizar a responsabilidade dos países industrializados pela criação de condições propícias à retomada do desenvolvimento econômico e social. A paz e a estabilidade nessa região são pressupostos da boa convivência hemisférica.

No Atlântico Sul, assistimos recentemente marcha dolorosa das engrenagens da violência. O meu Governo desenvolveu consideráveis esforços, nos últimos meses, em prol de uma solução política e duradoura para a questão das Ilhas Malvinas e estamos determinados a dar-lhes prosseguimento, no interesse da paz, da segurança e da concórdia entre as Na-

ções. O Brasil reconhece, hoje, como desde o início desta controvérsia, no ano de 1833, os direitos soberanos da República Argentina sobre as Ilhas Malvinas e defende, como sempre fez, a necessidade da realização de negociações como meio adequado para a solução desse problema.

Ressalto, pois, a importância do exame da questão das Malvinas pela Assembléia-Geral, que requer, com passo vestibular de seu encaminhamento, a implementação integral da Resolução 502 do Conselho de Segurança. É tempo de que os que com tanto vigor condenaram o emprego da força para a solução de controvérsias demonstrem a coerência e a autenticidade de seus propósitos. É necessário que se iniciem negociações para afastar o risco de tensões crescentes em área cuja vocação é a da cooperação e prosperidade.

Sr. Presidente,

O Brasil vive em paz com seus vizinhos imediatos, com a América Latina e com todas as nações que respeitam as bases da convivência internacional.

As relações entre o Brasil e os países amigos da América constituem, na verdade, claro testemunho do êxito que se obtém quando se opta francamente pelo caminho do respeito mútuo, da não interferência e da busca da convivência harmônica e profícua, acima de controvérsias ou divergências tópicas.

Como parte da América Latina, o Brasil está certo de que seus vizinhos saberão resolver suas divergências, mesmo as de natureza territorial, por meios pacíficos e conciliatórios, e espera que os países-irmãos da América Latina reforcem sua capacidade de diálogo e entendimento regional. Devemos todos trabalhar para que nossa região alcance níveis superiores de desenvolvimento, entrosamento e desempenho positivo na cena mundial.

Com os países-irmãos da África, nossos vizinhos do outro lado do mar, aos quais nos liga uma história comum, o Brasil tem por objetivo desenvolver as mais profundas, diretas e cordiais relações. Propósitos igualmente amistosos movem nossa política de aproximação com as demais nações do Terceiro Mundo.

Integrado no mundo ocidental, o Brasil deseja realizar suas aspirações nacionais com pleno respeito à liberdade, à democracia e aos direitos da pessoa humana. Esses altos valores, bem como a tradição ocidental de pluralismo e de igualdade entre as nações, formam um quadro que faculta ao Brasil atuar fora do constrangimento hegemônico de superpotências ou de pressões ideológicas adversas.

Com os países do Leste, o Brasil busca manter um relacionamento correto, em particular no campo econômico e comercial, com base no interesse mútuo e no respeito recíproco ao princípio de não ingerência nos assuntos internos.

Para meu país, paz e desenvolvimento não constituem ideais dissociados dos nossos objetivos e ações de política externa. O Brasil efetivamente trilha a rota do universalismo, da boa convivência e da dignidade nacional.

Senhor Presidente.

É a gravidade da situação internacional que traz às Nações Unidas, pela primeira vez, o Presidente da República Federativa do Brasil.

Nunca, na história da Organização, foram tão sérios os riscos e ameaças à paz, à segurança e ao progresso das nações. Nunca foram tão grandes e tão importantes os desafios.

Conclamo os Governos de todos os Estados-Membros para que, juntos, empreendamos um esforço resolutivo no sentido de enfrentar os problemas internacionais que se avolumam e de fazer retroceder as forças que conduzem à desesperança.

É nosso dever comum corresponder às expectativas de nossos antecessores, que, havendo experimentado eles próprios as duras conseqüências da desorganização política, da depressão econômica e da guerra, comprometeram seu empe-

nho e o nosso na promoção da paz e do desenvolvimento.

São demasiadas as deficiências do atual ordenamento internacional. Trata-se de um quadro pobre em realizações e rico em problemas, pobre em criatividade e rico em manifestações de desorganização; pobre, enfim, em eficácia e justiça e rico em desperdício e desequilíbrios. Não posso ficar indiferente a esse quadro. É imperativo corrigir os graves defeitos que nele sobressaem.

A sociedade das nações é essencialmente uma comunidade política. Como não se pode, ao nível nacional, decidir sem consulta aos interesses e anseios do povo, tampouco se pode, neste foro, fazer "tabula rasa" das reivindicações justas e legítimas da grande maioria das nações e preservar as estruturas verticalizadas de poder internacional.

É crucial o papel político das Nações Unidas na luta contra o conformismo, a intransigência e as ambições de vitória absoluta. Só nesta Organização pode gerar-se a convivência democrática entre os Estados.

Senhor Presidente.

A vertiginosa liberação de forças produtivas em escala planetária no pós-guerra, construiu, em questão de poucas décadas, a intrincada tessitura de um mundo diferente, mais complexo e instável, mas também mais diversificado e promissor. Em conseqüência, a interdependência entre as nações tornou-se uma necessidade histórica.

Foram poucos e insatisfatórios, contudo, os aperfeiçoamentos que conseguimos introduzir nas estruturas de convivência internacional.

Manifesta-se, lamentavelmente, uma regressão até mesmo nos débeis esforços de cooperação internacional para o desenvolvimento. A interdependência entre as nações parece por vezes degenerar em tentativas de reconstrução de quadros hegemônicos ou sistemas de subordinação, que em nada contribuem para a prosperidade, seja do mundo industrializado, seja do mundo em desenvolvimento. Como em muitos casos praticada, a interdependência parece reduzir-se a um novo nome para a desigualdade.

Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre o Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema econômico internacional. É a mesma situação que afeta a ambos, situação terrivelmente adversa e da qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimônia e à confrontação.

O desafio que a todos os países se coloca é o de como se ajustarem às novas realidades dos anos 80.

Para o Norte, trata-se de compreender em toda sua extensão — e em seu potencial de enriquecimento para o comércio internacional — o fato inelutável da definitiva emergência do Terceiro Mundo como parceiro dinâmico, e sua busca de uma posição de maior destaque no cenário da economia mundial.

Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efetiva à coesão que temos sabido preservar para além das dificuldades externas e diferenças internas. É necessário caminhar para a implantação de uma interdependência verdadeiramente solidária entre a América Latina, a África e a Ásia.

Devemos deixar claro — por nossas ações como por nossas palavras — que a diversidade do Terceiro Mundo encerra insuspeitadas oportunidades de complementaridade econômica, e é fator de união, não massa de manobra para iniciativas — como a discriminação arbitrária entre países em desenvolvimento — que visam a desfazer ao mesmo tempo a coesão do Terceiro Mundo, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o diálogo Norte-Sul.

Precisamos, também, demonstrar plenamente nossa capacidade de buscar, com serenidade e espírito construtivo, o encaminhamento de nossas postulações. Estas, por mais justas que sejam, não nos devem levar a atitudes negociadoras

rígidas e maximalistas — sob risco de assim acabarmos por enfraquecer nossos próprios princípios e ideais, e exacerbar ainda mais a intransigência que caracteriza alguns setores do mundo desenvolvido.

Senhor Presidente.

Têm sido infrutíferos os esforços do Terceiro Mundo no sentido de modificar — em instituições como o FMI, o Banco Mundial e o GATT entre outras — quadros normativos, estruturas de decisão e regras operacionais discriminatórias.

Postulações repetidas há anos ou mesmo décadas chocam-se contra a impenetrável muralha do poder de veto de uns poucos, capaz de sobrepor-se às mais óbvias considerações de racionalidade ou às mais fundadas pretensões de equidade.

Onde estejam em pauta interesses das grandes potências, entretanto, multiplicam-se as iniciativas.

Não convém mobilizar o GATT em direção a novas tarefas normativas, em áreas como as de exportação de serviços e de políticas de investimentos, visando à criação de regras que poderiam dificultar o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados internacionais e, até mesmo, sua capacidade de ordenação dos próprios mercados internos. Ao mesmo tempo, não se podem deixar de lado questões fundamentais relacionadas com o aprimoramento daquele organismo e como o atendimento de reivindicações de seus participantes em desenvolvimento.

Em foros de natureza financeira, são definidas — e por vezes adotadas contra a maioria, por força de sistemas decisórios defeituosos — medidas que restringem a flexibilidade das operações, aumentam as exigências de condicionalidade e discriminam os países em desenvolvimento.

Paradoxalmente, certos países procuram manter seu controle sobre organizações que parecem condenar, senão ao desaparecimento, pelo menos à insignificância, tão grande é a assimetria entre as necessidades crescentes de seus filiados em desenvolvimento e os recursos financeiros colocados à sua disposição.

Os princípios do livre-comércio não podem limitar-se — seletiva e arbitrariamente — aos fluxos de capital, enquanto permanece cerceada a transferência de tecnologia e se inibe a capacidade de atuação por parte dos países em desenvolvimento importadores de capital.

Os ideais do livre-comércio não podem ser contraditórios com a preservação e mesmo o reforço da autonomia dos países do Terceiro Mundo.

A interdependência não pode ser conceito inimigo das soberanias nacionais.

Aos países em desenvolvimento, que por tanto tempo se bateram pela soberania permanente sobre seus recursos naturais, abre-se hoje o novo desafio de preservar a soberania sobre o seu espaço econômico próprio.

Tal não significa, contudo, que aos países em desenvolvimento seja aconselhável a hostilidade, ou sequer o desinteresse, quanto a maior interação no plano internacional, mesmo no que se refere aos fluxos de capital e tecnologia e às operações das transnacionais. Pelo contrário.

É inegável que a imensa maioria dos países em desenvolvimento — a começar por aqueles de expressão nitidamente ocidental, como o Brasil, mas incluindo outros de diferente conformação político-econômica — aspiram ao estreitamento e diversificação de suas ligações como o ocidente desenvolvido, fonte valiosa de fatores de produção necessário a seu desenvolvimento.

A preservação e fortalecimento do espaço econômico nacional desses países não limitará a expansão do sistema econômico internacional. Será, sim, fator de alargamento do espaço econômico global, para benefício de todos.

Senhor Presidente.

Impossibilitado, por motivo de saúde, de comparecer à Reunião de Cancún, acompanhei aquele acontecimento com

interesse e esperança, e até com emoção.

Não posso, por isso aqui deixar de expressar, em nome do Governo e do povo brasileiro, o sentimento de profundo desencanto diante da inexistência, até esse momento, de qualquer seguimento prático ao encontro de Cancún. Vemos com ansiedade, ao contrário, a continuada — até acelerada — erosão dos instrumentos e instituições que deveriam dar solução aos problemas internacionais.

Vemos com preocupação ainda maior a resistência de importantes setores do mundo desenvolvido ao que havia sido a grande conquista conceitual, de Cancún: o reconhecimento do fato de que os caminhos da solução da atual crise passam também pelos rumos do Sul, e devem transitar pela rota da cooperação entre as nações, e não depender apenas das incertezas do mercado. A crise que vivemos é global em mais de um sentido: atinge praticamente a totalidade dos países e é, ao mesmo tempo, financeira e comercial. Além de ampla, é profunda: o investimento produtivo está sendo asfixiado em escala planetária, ao impacto das elevadas taxas de juros e das incertezas sobre as perspectivas do comércio e do sistema financeiro internacionais.

Tudo se passa como se subitamente se houvesse paralizado uma grande potência econômica do mundo desenvolvido: 30 milhões de trabalhadores altamente qualificados estão desempregados na América do Norte e Europa Ocidental.

Mas o efeito de tal situação de crise sobre os países do Sul é ainda mais devastador. As economias em desenvolvimento não exportadoras de petróleo experimentaram nos últimos três anos uma deterioração de relações de troca jamais observada em sua história. Vale dizer, os esforços exportadores crescentes vêm sendo neutralizados com ingressos decrescentes de divisas, que configuram uma verdadeira espiral de pauperização.

Anos de paciente investimento na criação de uma infraestrutura exportadora, que vinha permitindo aos consumidores dos países desenvolvidos adquirir produtos do Sul em condições vantajosas, são desbaratados por barreiras protecionistas intransponíveis.

— A persistência de altas taxas de juros retira a rentabilidade financeira de investimentos de longa maturação já efetuados, e ameaça inviabilizar economicamente projetos indispensáveis à superação das dificuldades atuais.

— A elevação do custo de serviço da dívida externa cria para alguns países situações insustentáveis, como demonstram acontecimentos recentes que afetaram, de forma dramática, alguns dos mais promissores países do Sul.

Todo esse sacrifício ainda poderia ser tolerado se, em decorrência, a recomposição da ordem econômica internacional pudesse ser vislumbrada num horizonte de tempo razoável. Infelizmente, este não é o caso. A atual política econômica das grandes potências está destruindo riquezas sem nada construir em seu lugar. O enrijecimento dos fluxos financeiros e o processo de inibição das trocas internacionais destroem as perspectivas de superação das dificuldades presentes.

O momento impõe-nos a todos uma atitude recíproca de compreensão e flexibilidade. O diálogo Norte-Sul deve ser revigorado com urgência. Aos esforços a longo prazo — para o que se faz tão necessário o lançamento das negociações globais — é imperioso acrescentar desde logo a discussão dos aspectos de curto prazo da crise.

A definição da economia do futuro passa pela superação dos problemas do presente. A tarefa de reformular o sistema econômico internacional é impostergável, mas, nas atuais circunstâncias, temos de iniciá-la pelo esforço de evitar a própria derrocada do sistema.

Para tanto, é essencial que nas principais organizações internacionais se inicie, desde logo, um exame integrado e objetivo das medidas de emergência que se afigurem viáveis para o desfogo dos fluxos internacionais de comércio e finanças.

É imprescindível que os países desenvolvidos se dispo-

tenham a tomar iniciativas com os seguintes objetivos:

- liberalizar o comércio;
- expandir os fluxos financeiros internacionais;
- adotar nova política de juros, e iniciar com urgência o trabalho de revisão do sistema monetário internacional.

Os países em desenvolvimento, por sua tendência estrutural ao "déficit" em conta-corrente, não podem ser os primeiros a eliminar as barreiras comerciais, com o que estariam apenas agravando seus "déficits", sem criar um impulso suficiente para a recuperação da economia mundial. É preciso que os países desenvolvidos aceitem como inevitável a reestruturação de suas economias. Somente quando os países desenvolvidos abrirem mão da proteção de setores que deixaram de ser competitivos, poderão os manufaturados e semi-manufaturados dos países em desenvolvimento ocupar seu lugar nos mercados internacionais, em benefício dos consumidores do Norte e dos produtores do Sul.

É urgente aumentar ao mesmo tempo a disponibilidade de recursos sob controle das entidades financeiras internacionais e a participação das autoridades monetárias na preservação da liquidez e estabilidade do sistema financeiro internacional. Só assim poderá a comunidade internacional - e os países em desenvolvimento em particular - livrar-se da camisa-de-força representada pela contração simultânea do comércio e dos fluxos financeiros de natureza oficial.

Quanto à questão das taxas de juros, não há divergência necessária entre os objetivos maiores da política econômica dos países do Norte e um gerenciamento de suas taxas de juros compatível com a viabilidade econômica e financeira das economias em desenvolvimento. Na verdade, atende aos interesses de todos evitar que a desarticulação das economias em desenvolvimento acarrete um efeito desestabilizador indesejável sobre os países do Norte.

De outra parte, é forçoso reconhecer que uma das condições essenciais para a reativação do comércio mundial é a recuperação de um mínimo de estabilidade no sistema monetário internacional, que não pode constituir-se num fator de turbulência, deixado ao arbítrio das variações unilaterais de política econômica de umas poucas grandes potências.

A solução da presente crise não é uma questão de ajuda para os países em desenvolvimento. Trata-se, sim, de assegurar condições para que eles possam saldar seus compromissos com a justa remuneração de seu trabalho.

Senhor Presidente.

Aqui venho expressar as mais legítimas aspirações de meu país. Move-me acima de tudo a preocupação de assegurar o bem-estar de meu povo. Vimos realizando um esforço notável de desenvolvimento econômico, com resultados promissores que encham de esperança não só o povo brasileiro, mas também todos os povos que anseiam por conquistar níveis de vida compatíveis com a dignidade humana e com o grau de desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de nossa época.

É minha obrigação buscar condições internacionais propícias ao prosseguimento deste nobre esforço em que se empenha o meu povo, pois o Brasil não abrirá mão do lugar que lhe cabe no concerto das nações.

Espero que a concorrência vinda do Sul será compreendida como expressão válida do dinamismo político e econômico dos povos que aspiram ao desenvolvimento. Que essa concorrência não será pretexto para a acomodada preservação de padrões de relacionamento iníquos e ineficientes, mas sim, impulso para a busca corajosa da renovação.

Estou convicto de que os Estados mais poderosos saberão responder de modo criativo à nova realidade consistente na emergência do mundo em desenvolvimento como parceiro ativo nos múltiplos cenários da vida internacional.

Tenho inabalável confiança na capacidade de renovação da sociedade internacional.

Hoje, contudo, o clima de conflito entre as nações, nos campos político e econômico, atinge níveis ameaçadores. É neste momento que se faz sentir, em toda a sua força, o imperativo moral e político da cooperação internacional, para que possam ser assegurados, de forma racional, os destinos da sociedade das nações.

A consciência de que a comunidade internacional hoje enfrenta o mais amplo desafio à sua capacidade de ação impõe esforços ingentes e impostergáveis nos seguintes campos.

— Solução, por via de negociação, das tensões e disputas que envenenam o panorama internacional, tanto no plano Leste-Oeste quanto em áreas do Terceiro Mundo.

— Valorização do diálogo e da conciliação, e fortalecimento das instituições internacionais, a começar pela própria Organização das Nações Unidas.

— Efetiva retomada do diálogo Norte-Sul, compreendendo o lançamento das negociações globais, como demonstração da disposição de todos de responder aos anseios da imensa maioria das nações.

— Ação concreta e imediata, sem prejuízo para a retomada desse diálogo, sobre as mais prementes questões econômicas que ameaçam a comunidade internacional a curto prazo.

Senhor Presidente.

Faço os meus melhores votos para que os trabalhos desta Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas tenham pleno êxito. Exorto os representantes dos Estados aqui reunidos a assumirem por inteiro a responsabilidade histórica intransferível de corresponder às expectativas dos que, em 1945, fundaram esta Organização, e de construir para as gerações futuras uma estrada mais larga no rumo da Paz e do Desenvolvimento.

Estamos no limiar de um mundo novo. Permita Deus que, graças a nossos esforços, seja ele um mundo melhor. O Brasil, eu vos asseguro, está pronto a cumprir sua parte nesse empreendimento.

Muito obrigado."